

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1049 - 13/11/2017

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

TRABALHADORES PROTESTAM EM TODO PAÍS NO DIA NACIONAL DE LUTAS

Em todo o país milhares de trabalhadores protestaram contra o governo corrupto de Michel Temer e suas reformas que aniquilam os direitos trabalhistas. A maior das manifestações ocorreu em São Paulo, quando as centrais sindicais se reuniram na Praça da Sé para um grande ato contra as reformas.

Os oradores das diferentes centrais fizeram duras críticas ao governo Temer e suas reformas neoliberais.

Vários oradores indicaram que o único caminho para barrar as reformas será uma nova greve geral. Ao final houve uma votação simbólica encaminhando a resolução de que se a reforma da Previdência passar o Brasil vai parar.

PASSEATA

Ao final da manifestação estava prevista uma grande passeata que iria da Praça da Sé até o MASP. Porém por uma manobra de diversas centrais sindicais a manifestação deveria se dissolver ali.

Inconformados com a decisão os professores municipais, juntamente com a Conlutas e diversos segmentos de outras sindicais saíram em passeata



Dois momentos da manifestação em São Paulo, acima a manifestação na Praça da Sé, abaixo a passeata na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio.

com uma multidão de aproximadamente 5000 pessoas até a Avenida Paulista, onde o ato realmente terminou. Já no período da tarde estava prevista uma outra manifestação, desta vez dos professores estaduais contra o governador

Geraldo Alckimin.

OUTROS ESTADOS

Também aconteceram manifestações em diversas capitais e grandes cidades. Em Brasília os manifestantes se concentraram em frente à esplanada dos Mi-

nistérios.

Ao fecharmos esta edição também aconteciam manifestações em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre, entre outras cidades do país, incluindo fechamento de rodovias e paralisações.

**ABAIXO O GOVERNO TEMER!
DERRUBAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!
REVOGAR A REFORMA TRABALHISTA
E A TERCEIRIZAÇÃO!
RETOMAR A GREVE GERAL!**

FUNCIONÁRIO
Fortaleça sua entidade!

**Associe-se
à AFAPUC**

Semana Preta discute Racismo e Movimento Negro na PUC-SP

Aconteceu na semana do dia 6 a 10/11, no campus Monte Alegre, a Semana Preta – combate ao racismo 2017. O evento discute casos recentes de racismo e seu contexto histórico. A iniciativa é do coletivo NegraSô que atua desde 2014, de maneira organizada, no combate ao racismo dentro e fora da PUC, com apoio da Pró-Reitoria de Cultura e Relações Comunitárias. A semana começou com um Resgate Histórico do Movimento Negro na PUC-SP, em uma mesa com o Professor Doutor Antonio Carlos Arruda, militante do movimento social negro desde os anos 70, ao entrar no curso de direito da PUC-SP, criou juntamente a outros o histórico Grupo Negro da PUC-SP.

Também estava presente a Professora Gevanilda Santos, formada em História e Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP e participante do Grupo Negro. Completando a mesa estava Fernanda Gomes, estudante de Serviço Social e integrante do coletivo Negrasô.

O debate discutiu o Movimento Negro que se articula dentro e fora da Universidade junto daqueles que abriram os caminhos. Nas mesas sobre Racismo estrutural e Neoliberalismo, Audiência Pública



Dois momentos da Semana Preta: à esquerda a audiência pública no Tuca, ao lado a discussão do Movimento Negro na PUC-SP

ca e entrega das diretrizes, foram relatados casos de racismo na universidade. Em um dos casos, um aluno do curso de Economia compartilhou conversas com imagens, em um grupo de sua sala de aula, onde um homem branco apontava uma arma para a cabeça de uma criança negra. Outra situação que também aconte-

ceu foi um ataque de fúria de uma mulher, contra uma estudante da universidade, nas imediações do campus. Foram cobradas medidas efetivas para que racismo não seja tolerado. Também foi discutido o fato de que o corpo docente da universidade é predominantemente branco e os materiais passados em sala de aula quase

nunca são de pensadores negros. Durante a semana também aconteceram as palestras Produção Negra – Acolhimento e Roda de Conversa sobre Colorismo, Conversa aberta aos alunos e funcionários pretos da universidade e foi finalizado na sexta-feira com o debate sobre o Estado de Exceção.

Começa compensação para os funcionários administrativos

Começou no dia 7/11, terça-feira, a compensação de uma hora diária para os funcionários administrativos em função do recesso de fim de ano. Segundo a Fundação São Paulo, a compensação deverá ser obrigatória para todos que "a) Concordaram com o acordo de compensação enviado pela DRH em 8/9 e b)

para os que não responderam ao referido acordo (concordância tácita)". Ainda segundo o comunicado, "as situações individuais enviadas à DRH foram orientadas individualmente".

Consultada, a AFAPUC informou que embora tenha tentado dialogar com a mantenedora sobre a forma de compensação definida, o

que não foi possível, manifestou-se na expectativa de que a manutenção do diálogo e o respeito às pessoas e às relações de trabalho, que sempre pautaram as ações na universidade possam ser mantidos na busca de soluções frente às alterações na legislação trabalhista e suas consequências para a classe trabalhadora.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Ana Amoroso, Marina D'Aquino

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editores: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Jason Tadeu Borba, Victoria C. Weischardt, Nalcir Antonio Ferreira Jr. e Maria Helena Gonçalves Soares Borges

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br – PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

GAUCHE NA VIDA

"É muito tarde para silenciar questionamentos sobre gênero"

Entrevista de Judith Butler ao blog AzMina

AzMina: Sua vinda ao Brasil tem sido bastante repudiada por movimentos que vinculam seu nome ao que chamam de "ideologia de gênero". Um dos abaixo assinados que pedem o cancelamento de suas palestras diz que "não podemos permitir que a promotora dessa ideologia nefasta promova em nosso país suas ideias absurdas, que têm por objetivo acelerar o processo de corrupção e fragmentação da sociedade". São acusações bastante abstratas, mas que claramente apelam para algum tipo de medo. Como você compreende esse medo? Quais as estruturas e dinâmicas são desafiadas por suas ideias?

Butler: Eu acho que existe um equívoco a respeito do significado do termo "gênero". Para aqueles que acreditam que existe uma lei natural ou divina que distingue os dois sexos e estabelece seus respectivos papéis sociais na sociedade, o gênero parece ser um conceito que refuta essa crença. Acredito também que exista um temor de que, se não afirmarmos as diferenças naturais entre os dois sexos, a base heterossexual do casamento pode ser questionada, assim como o papel do casamento heterossexual como necessário para a família. Assim, todos os medos que as pessoas têm sobre mulheres que assumem novos papéis na sociedade, sobre o movimento LGBTQI e o casamento gay, sobre o uso de tecnologias reprodutivas, sobre o direito ao aborto, sobre o crescente número de famílias "mistiuradas" e famílias gays e lésbicas com filhos, sobre arte sexualmente explícita - tudo isso está associado aos efeitos do "gêne-

ro". Mas o gênero não nega diferenças biológicas entre os sexos, embora a perspectiva do gênero nos permita perguntar como as diferenças biológicas são organizadas e como refletimos sobre a relação entre diferenças biológicas e papéis e identidades sociais. Essas perguntas já estão sendo feitas em todo o mundo, e parece muito tarde para silenciá-las. Aqueles que temem essas questões temem novas formas sociais de sexualidade, intimidade e família. No entanto, as formas tradicionais podem coexistir com formas não tradicionais, e muitas pessoas vivem uma combinação de ambos.

AzMina: Em setembro deste ano, uma exposição intitulada "Queermuseu - cartografias da diferença na arte da brasileira", foi suspensa depois de uma onda de protestos na internet. Ainda em setembro, viralizou um vídeo não autorizado gravado no Museu de Arte Moderna no qual uma criança acompanhada de sua mãe toca os pés de um artista que se apresentava nu. Protestos na porta do museu contra a performance incluíram agressão física. Em 20/10 no Museu de Arte de São Paulo a exposição "Histórias da Sexualidade", com classificação etária de 18 anos. É a primeira vez que a presença de menores, mesmo que acompanhados dos responsáveis, é vetada em uma exposição do museu. Esses esforços no sentido de isentar a infância de sexualidade têm sido recorrentes no Brasil, com desdobramentos conservadores importantes no campo da Educação e, agora, na Arte. O que há por trás dessa concepção de infância e como o conceito de performatividade pode nos ajudar a desconstruí-la?

Butler: Eu compreendo

que os esforços virtuais para impedir que eu fale (que são curiosos, posto que eu não irei falar no SESC, sou apenas uma organizadora da conferência lá) podem ser compreendidos tal como a terceira parte desta história, embora as duas primeiras presumam que haverá dano para as crianças, e meu discurso é posto como corrompendo e fragmentando a sociedade. Talvez tenhamos que entender a política da família que liga esses três casos. Tocar os pés de um dançarino nu ou até mesmo ver uma foto de um dançarino nu é perturbador para algumas pessoas que acreditam que as crianças não devem ser expostas a situações potencialmente sexuais. Acho que todos nós podemos concordar que a exploração sexual das crianças é errada, mas discordamos a respeito de a arte por si só ser ou não capaz de causar danos da forma como alguns supõem. Independentemente dos debates sobre se essas representações são pornografia ou arte de outro tipo, parece claro que os censores querem que as crianças permaneçam no escuro sobre a nudez humana e suas alegrias. A censura comunica que dançar nu é vergonhoso ou perigoso, mas talvez isso seja uma forma de contestar a cultura da vergonha sexual. Nós podemos e devemos nos opor a situações de danos sexuais, mas podemos e devemos nos opor à vergonha sexual por atos alegres e não prejudiciais capturados através de imagens.

AzMina: O Brasil foi o último país do globo a abolir a escravidão, e apesar de negros representarem 53% de nossa população, apenas 17% dos mais ricos são negros. Em 20/11 celebra-se aqui o Dia da Consci-

ência Negra, uma data que discute o racismo sob diversas perspectivas. O contradiscurso passa por questionamentos acerca da inexistência de um "dia da consciência branca", pela afirmação da miscigenação como marca da identidade brasileira e outras formas de negação do racismo, muitas vezes semelhantes aos discursos que negam as desigualdades de gênero. Estes dois recortes - raça e gênero - se entrelaçam, resultando em desigualdades ainda maiores quando falamos em mulheres negras. A exemplo disso, de 2014 para 2015 o Brasil viu uma redução de 7,4% no homicídio de mulheres não negras contra um aumento de 22% no homicídio de negras. Seria útil enfrentar esses problemas aplicando a ideia de gênero como "repetição estilizada de atos", que você discute em Problemas de gênero, a questões de raça? Seria a branquitude também uma "repetição estilizada de atos" a serviço da criação e manutenção de uma norma excludente?

Butler: O que eu sugeriria é que nos questionemos sobre quais populações são consideradas fáceis de matar e merecedoras da morte. A prática generalizada do feminicídio, o que inclui mulheres trans e travestis, vítima desproporcionalmente as mulheres negras. Estas são formas sistêmicas de racismo, repetidas ao longo do tempo, estabelecendo o direito não apenas de dominar, mas de matar, por parte dos homens que procuram instalar e impor a desigualdade racial e de gênero. Ao tentar entender o feminicídio, temos que nos perguntar como

continua na próxima página

continuação da página anterior

o gênero e a raça se interseccionam para entender as formas de dominação que procuram manter a supremacia branca e continuar o legado da escravidão por outros meios. Portanto, há um caráter repetitivo, se não compulsivo, para o feminicídio - não só no Brasil, mas em toda a América Latina, especialmente em lugares como Honduras. Podemos dizer que uma forma de supremacia de gênero e raça se constitui de novo e de novo a cada ato de assassinato. Mas não podemos compreender essa forma de poder sem compreender o passado imperial, a instituição da escravidão e sua continuação no presente, e as formas pelas quais as mulheres negras sofrem a convergência

dessas histórias. As redes de resistência são impressionantes, uma vez que é evidente que a aplicação da lei ainda não é um aliado do movimento.

AzMina: Seu livro *Caminhos divergentes - Judaicidade e crítica do sionismo*, amplia o espaço para que críticas progressistas ao Estado de Israel - que frequentemente são acusadas de serem anti-semitas - aconteçam dentro do campo da judaicidade. Em abril, o pré candidato à presidência do Brasil Jair Bolsonaro palestrou no Clube Hebraica, onde fez afirmações preconceituosas e jocosas sobre negros, indígenas, mulheres, gays, refugiados e integrantes de ONGs, e defendeu que todo brasileiro tenha uma arma de fogo em casa. Foi muito aplaudido e ouviu gritos de apoio, sendo chamado de "mito" por parte da plateia.

A Confederação Israelita do Brasil criticou a presença de Bolsonaro no clube. Como você avalia este embate entre forças progressistas e conservadoras dentro da comunidade judaica brasileira?

Butler: Eu não conheço a comunidade judaica brasileira o bastante para te dar uma resposta, mas talvez eu compreenda isso melhor depois da minha visita. O que muitas vezes eu consigo ver é que alguns conservadores olham para o Estado de Israel não apenas porque ele contém uma população minoritária (os palestinos), mas porque tem uma força militar forte e está disposto a usar a força militar de formas que claramente desafiam o direito internacional. Nos Estados Unidos, o supremacista branco Richard Spencer invocou o Estado de Israel como

um modelo para seu próprio projeto, argumentando que assim como os judeus queriam seu próprio estado, também os brancos o querem. É claro que há uma oposição generalizada a este tipo de racismo dentro da comunidade judaica nos EUA e em Israel, mas isso nos diz algo sobre como o Estado de Israel é percebido. Muitos judeus entendem o que significa ter sido oprimido por conta do genocídio nazista, e para muitos isso os obriga a lutar contra opressões de todos os tipos, recusando o racismo de todos os tipos.

O texto acima é a íntegra da entrevista da filósofa Judith Butler a Letícia Bahia do blog AzMina e pode ser encontrado em <http://azmina.com.br/>

FALA COMUNIDADE

O gesto contra Judith Butler

Leonardo Souza dos Santos

Ao contrário do que se poderia pensar através do título desse texto ao descontextualizá-lo de um acontecimento (ou seja, antes do dia 7/11 na cidade de São Paulo), era possível pensar que esse texto é uma refutação ao modo como essa teoria de gênero foi construída. Esse pensamento não é mais possível porque se trata de pensar sobre um gesto incitando a violência simbólica contra Judith Butler no Brasil e a intenção de censura a todo tipo de efeito que as produções dessa autoria propõem. Acende curiosidade: a violência simbólica escolhida pelos manifestantes contra Judith Butler revelaram seu ódio e intolerância através de um gesto emblemático, uma caricatura, uma hipersignificação quase inconsciente.

A palestra de Butler no SESC Pompeia, que propunha uma perspectiva entre outras

naquele local sobre o fim da democracia, sobre o ato de calar uma expressão e sobre extinguir uma parte dos opostos característicos da democracia, reuniu manifestações contrárias de pessoas que pelas ações - ironicamente - ignoraram as informações dessa frase. Os manifestantes contrários a Butler entrevistaram na frente do SESC propondo a extinção da expressão do que está associado ao nome de Butler e a ausência da autora de diversas formas (das quais escolhi tratar a mais reveladora e problemática): a destruição física de uma boneca feminina (com cabelo comprido e sutiã), através do fogo e em uma cruz, cena que reunia corpos voltados ao centro como espectadores ao som da exclamação vocativa "bruxa!" e "aqui no Brasil não!". Não bastasse a contradição de cada elemento constitutivo dessa cena, parte dos integrantes do contra evento sobre a democracia estavam associados a um grupo cristão

de direita intitulado Tradição, Família e Propriedade (TFP) que invocam em seus escritos o conceito de liberalismo.

Instiga curiosidade pensar sobre como alguns gestos se repetem historicamente, ora com seriedade, ora com dissimulação (por que dissimular esse gesto?). O que uma mulher queimada por um grupo ao som de "bruxa" convoca como proposta por um lado político específico? Em quais agentes históricos esses manifestantes estão se colocando? Quem fez historicamente o uso da cruz como arma? Em quais momentos históricos os indivíduos quiseram impedir uma presença em um local sobre o argumento da nação ou pátria? Em quais momentos históricos a técnica participou de falsas informações sobre um grupo, como no caso da petição contra a vinda de Judith Butler, ou inversamente, tentou se censurar a circulação de determinado conteúdo? Como os agentes do libe-

ralismo brasileiro poderiam aprimorar nesses manifestantes a tópica central do liberalismo - que a liber(t)ação do indivíduo para usar o corpo próprio como convém é por natureza um direito - ou será que a filosofia e a ciência política que circulam na mídia brasileira não são puramente liberais? Quem mistura o liberalismo ao quê? Quais momentos o conservadorismo interviu na política brasileira apoiando quais eventos? Ora, parece que o gesto dos manifestantes envolvidos não foi intencional! Por conta do ódio aceso, nunca foi tão importante ler Judith Butler e tão prazeroso descobrir que não existe um dito ou escrito que faça "apoio à pedofilia e à zoolofilia" ou que diz que o "homem nasce mulher e mulher nasce homem" - cuidado!

Leonardo Souza dos Santos é mestrando em Filosofia na PUC-SP com pesquisa em Gênero, Sexualidade e Política

MOVIMENTOS SOCIAIS

Temer não desiste de aprovar reforma da previdência este ano

Depois de uma terça-feira tumultuada no mercado (7/11), onde as ações despencaram nas bolsas e o dólar teve alta expressiva por conta da possibilidade da reforma previdenciária não ser votada este ano, Temer resolveu insistir na aprovação ainda em 2017 do texto base. Mesmo correndo o risco de derrota o governo golpista deverá insistir em uma "reforma possível" que manterá a idade mínima para aposentadoria e a unificação das regras dos servidores públicos com os trabalhadores da iniciativa privada.

A estratégia do Planalto é dividir com o Congresso a responsabilidade pela aprovação e reforçar a comunicação, sobretudo com o discurso demagógico de "combate dos privilégios" do funcionalismo, atacando direitos básicos de servidores e mantendo quem é de fato privilegiado, como os parlamentares e altos escalões do judiciário. Mesmo assim, líderes de partidos aliados argumentaram que a mudança ministerial não garante a aprovação da reforma.

Além das famigeradas mudanças de aumento da

idade mínima e de tempo de contribuição para a obtenção de benefício, vale dizer que ainda consta no texto base a extinção da obrigatoriedade do pagamento da multa de 40% do Fundo de Garantia aos aposentados que forem dispensados. Essa mudança poderá trazer sérias consequências a empresas, como a PUC-SP, que possuem um corpo profissional em boa parte aposentado, uma vez que esses funcionários poderão ser dispensados sem receber os valores da multa do FGTS a que hoje têm direito.

Câmara extingue atenuante de pena para menores

A Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira 7/11, o Projeto de Lei 2862/04 para retirar, do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), o atenuante obrigatório da pena para agentes menores de 21 anos. A matéria, aprovada na forma de uma emenda substitutiva do deputado Subtenente Gon-

zaga (PDT-MG), será enviada ao Senado.

Por outro lado continua em discussão no Senado a PEC que propõe a redução da maioria penal. A redução tem sido defendida com insistência por parlamentares que fizeram parte do grupo do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo

Cunha (PMDB-RJ) - hoje cassado - e a defendem como bandeira (sobretudo as chamadas bancadas da Bala e dos Evangélicos). Depois dos desgastes sofridos por esses deputados e senadores com a prisão de Cunha, a tramitação da PEC havia sido deixada de lado, mas voltou à pauta nos últimos meses.

Comissão aprova PEC que restringe abrangência do aborto legal

Foi aprovada em uma Comissão da Câmara Federal a PEC 181/2011, que insere na Constituição a proibição do aborto em todos os casos, inclusive os já previstos hoje pela legislação brasileira, como nos casos de estupro ou de risco de morte para a mãe. A votação ocorreu na tarde da quarta-feira, 8/11, e apenas uma deputada, Érika Kokay (PT-DF), entre 19 parlamentares votou contra a PEC 181/2011.

O texto original da PEC foi modificado substancialmente em dezembro, após pressões da bancada religiosa no Congresso levarem o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a instalar tal comissão para discutir a interrupção da gravidez.

O movimento pode ser lido como uma reação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de descriminalizar o aborto no primeiro trimestre.

Brasileiros comemoram 100 anos de Revolução Russa em São Petersburgo

Um grupo de brasileiros, do qual faz parte a professora Bia Abramides, da APROPUC, está na Rússia participando das comemorações dos 100 anos da Revolução de 1917. Na foto os manifestantes ao lado do Cruzador Aurora onde atracaram os marinheiros para a revolução bolchevique. Como não poderia deixar de ser, aqui e lá os manifestantes levantaram a bandeira de "Fora Temer".



ROLA NA RAMPA

Lançamento discute "Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade"

O Grupo de Pesquisa de Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade, coordenado pela Prof^a. Silvia Pimentel, e a Editora Lumen Juris, com o apoio das organizadoras, coautoras e coautor da obra, e de estudantes da PUC, promoveram o debate e lançamento do livro "Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade" que aconteceu no dia 09/11 no Tucarena. Organizado por Beatriz Pereira e Mônica de Melo, o evento teve uma abertura artística com os Tambores de Mbeji e Mayara Norbin. O evento, que lotou o teatro, teve uma interpretação de algumas das coletâneas feitas para o público que estava presente prestigiando o lançamento. A Mesa de debates foi composta pela professora de



A abertura do evento com tambores de Mbeji e Mayara Norbin

Filosofia do Direito Silvia Pimentel, Flávia Piovesan, Miriam Chnaiderman, Silvia Chakian, Bianca Santana e Celso Campilongo. Segundo a Professora Silvia, o lançamento da coletânea é importante pois ele "acontece exatamente no momento em que as vozes dos adversários dessa agenda estão se fazendo mais pre-

sentes, e infelizmente não só as vozes – porque às vezes nós podemos contrapor outras vozes e argumentos – mas os grupos se fazem presentes também com políticas por baixo do pano, que estão ocorrendo no Congresso Nacional e que buscam prejudicar nossos avanços".

Ano Mariano chega ao seu final

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, em comemoração aos 300 anos do encontro da Imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, nas águas do rio Paraíba do Sul, instituiu o Ano Nacional Mariano no dia 12 de outubro de 2016 e concluindo-se aos 11 de outubro de 2017, para celebrar, fazer memória e agradecer. A Pastoral Universitária da PUC-SP, em sintonia com o que foi proposto pela CNBB, fará o encerramento do Ano Nacional Mariano no dia 22 de novembro, às 11h30 no auditório Paulo Freire com a seguinte programação: Acolhida, colóquio sobre religiosidade popular - devoção Mariana e Ofício de Nossa Senhora.

Dia 17 a PUC-SP se veste de azul contra o câncer de próstata

Na sexta-feira, 17/11, mais uma vez a comunidade deverá se mobilizar para alertar funcionários, professores e estudantes sobre a prevenção do câncer da próstata. Na semana passada uma exposição foi montada no cam-

pus Monte Alegre relatando os sintomas da doença e as suas formas de prevenção. Na sexta-feira, 17/11, às 14 hs, mais uma vez funcionários e professores estarão no Patio da Cruz para a tradicional fotografia.

Ciências Sociais debate Mídia, política e eleições



Pelo quarto ano consecutivo o Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (Nemap) realizou o seminário Mídia, Política e Eleições. A semana contou com diver-

sas mesas e Grupos de trabalho, muito concorridos. Na foto acima os professores durante a tarde de autógrafos no auditório da APROPUC

Exposição de artesãos tem recorde de público

Após bem sucedida exposição com recorde de público no saguão da Biblioteca da PUC-SP, Augustinho das Neves, e todos os artistas participantes, agradecem à PUC-SP, APROPUC, professores, funcionários e alunos da universidade, assim como Fernando Tadeu, da pro-reitoria de Relações Comunitárias, Luiz Carlos de Oliveira Quagliotti, Bili, Lenilda Genari, Djalma da Oficina, Reinaldo da Print Express, PUCviva, professor João Batista Teixeira e a toda diretoria da APROPUC, pela recepção e sucesso da sexta exposição, econômica, criativa e solidária. Lembrando que essa exposição nada mais e que uma sequência e primazia de Vilma Peramezza, Con-

junto Nacional, Associação Paulista Viva. Mas o agito não para por aí, Augustinho das Neves promoverá nos dias 14, 16 e 17 de novembro, a partir das 09h00 a oficina "Marchetando, Tambores, Alfaias e outros instrumentos", na Oficina de Manutenção da PUC-SP, ao lado do bosque do campus Monte Alegre, da PUC-SP, com a participação dos músicos percussionistas Luiz Carlos de Oliveira Quagliotti, o Bili e Valmir Quinto, anunciando o projeto e a criação do bloco de percussão Arte e Luta em parceria com a diretoria e alunos do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, CACS, para o próximo semestre, contando com a participação especial do professor Nelson D'Ángelo.